

BAHIA DE TODOS OS NEGROS

As rebeliões escravas do século XIX

FERNANDO GRANATO

R

**BAHIA
DE TODOS
OS NEGROS**

BAHIA DE TODOS OS NEGROS

As rebeliões escravas do século XIX

FERNANDO GRANATO



HISTÓRIA REAL

© 2021 Fernando Granato

PREPARAÇÃO

Mariana Rimoli

REVISÃO

Eduardo Carneiro

Danielle Machado

DIAGRAMAÇÃO

Equatorium Design

ARTE DE CAPA

Celso Longo

FOTO DO AUTOR

Renato Parada

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICADO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

G778b

Granato, Fernando

Bahia de todos os negros : as rebeliões escravas do século XIX /

Fernando Granato. - 1. ed. - Rio de Janeiro : História Real, 2021.

224 p. ; 18 cm.

isbn 978-65-87518-15-2

1. Bahia - História - Séc. XIX. 2. Escravidão - Bahia - História - Séc. XIX. 3.

Revoltas - História - Séc. XIX - Brasil. I. Título.

21-72090

CDD: 981.42

CDU: 94(813.8)18

Camila Donis Hartmann - Bibliotecária - CRB-7/6472

[2021]

Todos os direitos desta edição reservados a
História Real, um selo da Editora Intrínseca Ltda.

Rua Marquês de São Vicente, 99, 3º andar

22451-041 — Gávea

Rio de Janeiro — RJ

Tel./Fax: (21) 3206-7400

www.historiareal.intrinseca.com.br

APRESENTAÇÃO

Por que a Bahia é um lugar diferente, uma espécie de África dentro do Brasil, onde os negros parecem mais dotados de altivez e, ao mesmo tempo, as mazelas sociais dão ao visitante a impressão de estarem menos escondidas? O que teria acontecido naquele estado, sobretudo em sua capital, Salvador, de diferente das demais localidades brasileiras que também passaram por um processo de colonização perversa, calcada na escravidão?

Para quem mergulha um pouco mais a fundo na história baiana, salta aos olhos a grande quantidade de revoltas e rebeliões praticadas pela população escrava e pela plebe livre que marcaram a vida de seus habitantes, princi-

palmente no século XIX. Em estados como Rio de Janeiro e São Paulo, onde a população cativa também era imensa, esses registros são surpreendentemente menores.

Foi para tentar entender essa peculiaridade que me propus a escrever este livro e determinei desde o início um desafio: trazer alguma informação nova ao leitor, uma vez que historiadores dos mais respeitáveis já se debruçaram profundamente sobre o tema das revoltas baianas.

O caminho escolhido foi então o de buscar um fio condutor que ligasse esses acontecimentos numa narrativa única. E foi aí que deparei com dois personagens com histórias pessoais que se entrelaçam a esses episódios: Luiz Gama, notório abolicionista que se destacaria no fim do século XIX, e sua mãe, Luíza Mahin, figura mítica e pouco estudada devido à ausência de documentos oficiais que atestem sua trajetória.

A partir de uma carta autobiográfica escrita por Gama perto do final de sua vida, passei, como que guiado por ela, a fazer uma narrativa cronológica dos acontecimentos que abalaram a Bahia e o Brasil no século XIX. Tais acontecimentos foram primordiais para a confecção da própria identidade brasileira. Em última análise, o que se pretendeu foi jogar luz sobre um passado indispensável à compreensão de nosso presente. Nesse

sentido, busquei apresentar ao leitor não apenas os fatos, mas também toda a ambientação em que aconteceram. Os cheiros, as cores, os sabores dos locais em que se desenrolaram os episódios.

Nenhuma narrativa é exata. Depende obviamente da impressão de quem a descreve. O que procurei neste livro foi ser o mais fiel possível à historiografia oficial, acrescentando elementos da reportagem. Visitei os cenários dos acontecimentos, muitos deles ainda praticamente intactos. Percorri dezenas de vezes as calçadas de pedras do centro histórico de Salvador em busca da sensação de quem viveu aqueles momentos. Espero ter traduzido tudo isso numa História Real que contribua para decifrar alguns dos dilemas deste país em permanente construção.

A BAHIA DE TODOS OS NEGROS

Praça da Sé, centro histórico de Salvador, capital da Bahia. O cheiro da fritura no azeite de dendê exala das barracas de acarajé desde os tempos mais remotos, quando as africanas trouxeram de sua terra a iguaria feita de feijão fradinho ralado numa mistura com sal, cebola e muita pimenta. No meio da praça, uma jovem aplica trança nagô em sua cliente por trinta reais. Conta que a tradição desse trabalho vem de sua bisavó. A trança nagô é aquela que fica rente ao couro cabeludo e tem propósitos variados na cultura africana: pode simbolizar, por exemplo, o estado civil ou a classe

social. No Brasil, não tem significado específico, mas é usada desde a escravidão como símbolo de resistência.

A alguns passos da Praça da Sé está a Ladeira da Praça, e ali há outra menção aos africanos, esta já numa miscigenação com o mundo globalizado: “Afro Mega Hair”, indica a placa no número 17, uma loja especializada em “apliques, perucas, fibra sintética e cabelo humano”. Logo abaixo, ao pé da ladeira, está uma das principais referências na cidade ao período da escravidão, quando milhões de homens, mulheres e crianças foram trazidos à força do outro lado do Atlântico. No antigo número 2 havia um sobrado de dois andares com um subsolo, que serviu de quartel-general para os negros organizadores de um movimento pela tomada do poder em 1835 que ficou conhecido como Revolta dos Malês.

A insurreição teve início perto da uma da manhã do domingo, 25 de janeiro de 1835, quando uma patrulha foi enviada para averiguar a denúncia de que africanos estariam conspirando contra o governo na região. Quando lá chegaram, os policiais foram surpreendidos por cerca de sessenta homens que reagiram a tiros de bacamarte e golpes de lanças e espadas e aos gritos de “mata soldado” numa língua africana. Começava ali a rebelião que se espalharia por quase toda a cidade nas horas seguintes.

Perto desse local, do outro lado da Praça dos Veteranos, fica a Rua do Bângala. Nessa pequena viela existe até hoje uma casa de três pavimentos, cada um com três janelas que dão para a rua. Um sobrado sem a suntuosidade dos solares coloniais, com uma placa na porta: “Nesta casa a 21-6-1830 nasceu livre Luiz Gonzaga Pinto da Gama, filho de Luíza Mahin, nagô de nação”. Gama foi um escritor e jornalista que mais tarde se destacaria entre os mais importantes abolicionistas do país.

Em 1835, Luiz Gama tinha apenas 5 anos e, portanto, não teve qualquer participação na insurreição africana. Sua mãe, Luíza Mahin, entretanto, teria desempenhado papel importante na Revolta dos Malês, como eram conhecidos na Bahia da época os africanos islamizados. O nome é uma derivação da palavra “imalê”, que na língua iorubá serve para designar os muçulmanos. Pouco se sabe sobre Luíza, a não ser por relatos orais colhidos por pesquisadores ao longo de quase duzentos anos e por uma carta, escrita por Gama em 1880 e endereçada ao amigo Lúcio de Mendonça, na qual ele traça uma breve autobiografia para ser publicada no *Almanaque Literário de São Paulo* para o ano de 1881:

“Sou filho natural de uma negra, africana livre, da Costa Mina (Nagô de Nação) de nome Luíza Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã.

Minha mãe era baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve, era muito altiva, geniosa, insofrida e vingativa.

Dava-se ao comércio – era quitandeira, muito laboriosa, e mais de uma vez, na Bahia, foi presa como suspeita de envolver-se em planos de insurreição de escravos, que não tiveram efeito.

Era dotada de atividade. Em 1837, depois da Revolução do dr. Sabino, na Bahia, veio ela ao Rio de Janeiro e nunca mais voltou.”¹

A Revolta dos Malês foi o mais sério levante urbano de escravos ocorrido no Brasil. Teve como palco as ruas e vielas de Salvador. Contou com a adesão de cerca de seiscentos africanos e deixou um saldo de setenta mortos entre os rebeldes, massacrados pelas forças oficiais. Outros trezentos revolucionários foram depois levados à Justiça e, ao fim dos processos, quatro acabaram fuzilados. Vinte e dois revoltosos receberam pena de prisão e 44, o castigo

de açoite. Em decorrência do movimento, que pretendia tomar o poder e eliminar a hegemonia e o domínio dos brancos na cidade, mais de quinhentos africanos livres foram expulsos do país e tiveram que voltar para a África.

Dois anos depois, começou a “Revolução do dr. Sabino” a que se referiu Gama. Ou Sabinada, como também ficou conhecido o movimento que aconteceu entre novembro de 1837 e março de 1838, quando a cidade de Salvador foi novamente tomada por rebeldes que proclamaram a Bahia uma província independente do Poder Central. O Brasil vivia então o período Regencial, quando o imperador Dom Pedro I abdicou do trono e deixou no lugar seu filho, Dom Pedro II, ainda menor de idade. Uma época de grande descontentamento nas províncias brasileiras, que se viam na obrigação de mandar suas riquezas para alimentar o luxo da Corte. Engrossado sobretudo pela população pobre da cidade, o movimento era formado quase majoritariamente por escravos libertos ou descendentes de africanos e tinha como líder o médico mulato Francisco Sabino Vieira, que editava um jornal com ideias revolucionárias, o *Novo Diário da Bahia*.

Com apoio de parte significativa de militares de baixas patentes, os revolucionários tomaram o poder sem derramamento de sangue. Na manhã de 7 de novembro, os re-

voltosos dirigiram-se até a Câmara Municipal e lá lavraram uma ata com a declaração de independência da província. O governo local, ao perceber que o “fatal delírio revolucionário” – nas palavras do comandante das Armas da Província, Luiz da França Pinto Garcez – havia tomado conta da tropa, refugiou-se na região do Recôncavo Baiano.

Ao mesmo tempo, as classes mais favorecidas também debandaram de Salvador. A estratégia adotada pelos legalistas, ligados ao Poder Central, no Rio de Janeiro, foi enfraquecer a cidade, provocando o desabastecimento de suprimentos, e só atacar quando tivessem a certeza da vitória. Assim, um barco de guerra foi colocado para patrulhar a Baía de Todos os Santos e desviar para o Recôncavo todos os gêneros de primeira necessidade destinados à capital baiana.

Com essa estratégia, a primeira batalha, de fato, só aconteceu a 30 de novembro, quando os rebeldes, já quase sem suprimentos, resolveram atacar as tropas enviadas pelo governo nacional que estavam postadas na periferia da cidade, nas regiões conhecidas como Campina e Cabrito. Havia quinhentos homens do lado dos revoltosos e trezentos entre a tropa oficial, que na verdade se encontrava em melhor posição de resguardo. O resultado desse primeiro embate foi a acachapante derrota dos rebelados,

com um saldo de 25 mortos entre eles e apenas dois entre os constitucionais. Os enfrentamentos, entretanto, ainda durariam alguns meses antes que o poder voltasse às mãos dos leais ao governo imperial.

Essas insurreições aconteceram num contexto de profunda crise econômica na Bahia. A indústria era praticamente inexistente: só eram fabricados, de maneira rústica, tecidos ordinários, velas, vidro, sabão, charuto e rapé. O principal produto que sustentava a economia local, o açúcar, passara a sofrer forte concorrência de Cuba, que havia conquistado os mercados internacionais. Além disso, começava a ganhar força na Europa a produção do açúcar de beterraba, o que também contribuiria para a queda nos preços das exportações baianas. Como se não bastasse, o algodão, segunda maior fonte de renda da província, também perdera competitividade em função dos altos custos para ser transportado do interior à capital.

A situação da Bahia ganhara contornos de tragédia com uma forte estiagem no sertão, que durou quatro anos seguidos, de 1830 a 1833. Com isso, uma multidão de flagelados fugiu para a capital. O cenário ficou tão dramático que, em fins de 1833, o presidente da província implorou ao governo imperial a remessa de alimentos para diminuir a fome do povo.

Todo esse quadro de depressão econômica foi gerando desemprego. Além disso, a alta no preço interno dos gêneros alimentícios em decorrência da seca que castigou as lavouras causou um clima de tensão entre a população, principalmente a de baixa renda. Para completar a onda inflacionária, aconteceu na mesma época uma espetacular injeção de dinheiro falso no mercado, facilitada pela baixa qualidade do cobre usado na fabricação das moedas.

Os africanos, cativos ou libertos, representavam a camada mais inferior da população baiana e eram os que mais sofriam com a crise econômica. Segundo a historiadora Kátia Mattoso, uma das maiores especialistas na história econômica e social da Bahia, 90% da população livre de Salvador no século XIX vivia “no limiar da pobreza”. Inventários da época mostram que os 10% mais ricos controlavam 67% das riquezas. Já os 30% mais pobres detinham apenas 1% dos bens e capitais.²

Não é difícil supor que os rebeldes africanos tenham se aproveitado desse momento de grande tensão social para, em 1835, angariar adeptos entre a chamada “plebe”, na tentativa de tomar o poder e acabar com a supremacia branca na Bahia, naquela que ficaria conhecida como Revolta dos Malês. O mesmo aconteceria dois anos depois, com a Sabinada.

Não existem documentos que comprovem a participação de Luíza Mahin nos dois movimentos. Relatos de pesquisadores como Antonio Monteiro, que foi membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, contudo, permitem vislumbrar uma possível trajetória da mãe de Luiz Gama nessas insurreições.³

Monteiro pesquisou durante muitos anos os negros malês da Bahia e, a partir de relatos orais que recolheu, concluiu que cabia a Luíza Mahin, em 1835, a função de repassar as ordens e instruções dos líderes rebeldes aos dirigentes das mesquitas da cidade. Nessa época, existia um grande contingente de africanos islamizados em Salvador, e muitas casas serviam de mesquitas disfarçadas. Isso porque tal prática religiosa era proibida.

Também interessado na história desse período, o geógrafo Mouzar Benedito observou em seus escritos que a profissão de quitandeira facilitava o acesso de Luíza Mahin às pessoas: “Isso lhe dava muita mobilidade, [ela] circulava por toda a cidade de Salvador, tinha contato permanente com a população, e lhe possibilitava saber tudo o que acontecia e ao mesmo tempo participar de preparações de rebeliões, que eram comuns na cidade, principalmente entre os negros da nação Nagô.”⁴

As negras que trabalhavam como ambulantes pelas

ruas de Salvador eram chamadas de “ganhadeiras”. Estavam nessa categoria tanto as escravas, obrigadas a pagar uma diária aos seus senhores, como as libertas, que ficavam com todo o lucro obtido com o comércio. Para as escravizadas, o “ganho” era o caminho mais curto para a alforria, a única forma de conseguir poupar algum recurso para comprar a liberdade.

Existiam também as “Juntas de Alforria”, cooperativas ditas beneficentes promovidas pelos próprios negros, que funcionavam como uma espécie de caixa de poupança. Delas, os membros retiravam, num sistema rotativo, a quantia suficiente para a compra da liberdade. Mas continuavam a pagar até quitar a quantia retirada, com juros altíssimos que chegavam a 20%, num sistema parecido com os consórcios. O historiador João da Silva Campos observou que as Juntas de Alforria eram verdadeiras “empresas bancárias africanas”, que de beneficentes não tinham nada.⁵

A maioria das “ganhadeiras” (33%) era da nação nagô, como Luíza Mahin. Celebravam a Mãe D’Água, num rito que depois se derivou no culto a Iemanjá, um dos mais tradicionais da Bahia. Eram mulheres acostumadas ao comércio, porque na costa ocidental da África, de onde vieram, essa atividade era tarefa feminina, e muitas

delas já vinham com fardo para os negócios. Já estavam aculturadas no Brasil, e por isso eram consideradas ladinas, como classificou um senhor num anúncio de jornal da época, no qual procurava uma negra para trabalhar para ele como ambulante. Estima-se que um senhor com três escravas no comércio, nessa época, conseguia viver no ócio.

De acordo com Kátia Mattoso, os trabalhadores, libertos ou escravos, se reuniam nas esquinas da cidade conforme o tipo de ofício que praticavam e a “etnia de origem”.⁶ Como vinham da África desgarrados de suas famílias, acabavam chamando de parentes aqueles que pertenciam ao mesmo grupo étnico.

As ganhadeiras circulavam pelo labirinto de ruelas tortuosas que desciam ao pé da escarpa, da Cidade Alta para a Cidade Baixa. Andavam com tabuleiros, gamelas e cestas habilmente equilibrados na cabeça. Havia também as que tinham um ponto fixo e montavam suas bancas em meio a porcos, cachorros, pássaros engaiolados. Na chamada Ladeira da Preguiça, no centro, por exemplo, havia uma feira livre onde se reuniam negras de ganho, muitas delas africanas empregadas no comércio de peixe e de outros produtos alimentícios. Coloriam o cenário urbano com suas vestimentas e seus produtos tropicais. Com suas

frutas e frituras, eram responsáveis também pelos aromas das ruas. Umam andavam com os filhos atados às costas, amarrados com panos da costa. Outras eram vistas de cores, a vender suas comidas nas esquinas. Muitas tinham o hábito de beber e vender cachaça e eram punidas por esse comércio, considerado ilegal.

A repressão a essas mulheres era uma constante na cidade. O governo municipal as obrigava a pagar uma taxa de matrícula — que não era cobrada das mulatas nascidas no Brasil. Era uma exigência apenas às africanas, que tinha por objetivo dificultar a vida dos negros libertos e os forçar a voltar para a África. As autoridades se diziam preocupadas com o trabalho itinerante das “ganhadeiras”, que lhes facilitava uma integração entre as populações consideradas “perigosas” para as elites. Durante a Revolta dos Malês, muitas delas foram acusadas de fornecer comida e levar recados aos rebeldes.

Depois da insurreição, a repressão se intensificou e houve grande debandada de africanos para o Recôncavo Baiano. Outro estudioso dos movimentos populares da Bahia, o pesquisador Antônio Moraes Ribeiro, associou a essas negras islamizadas que fugiram de Salvador depois da repressão de 1835 o surgimento da Irmandade da Boa Morte, no município de Cachoeira.⁷

Verdadeiras mostras do sincretismo religioso baiano, as irmandades misturavam duas vertentes religiosas das mais díspares: o catolicismo e o islamismo. Isso seria possível pelo fato de funcionarem como “instrumento moderador de tensões sociais”, como definiu a historiadora Magnair Santos Barbosa, indo além da esfera religiosa.⁸ A influência islâmica justificaria, portanto, o toque muçulmano nos trajes usados pelas “irmãs” até os dias de hoje, com turbantes e vestimentas brancas.

Constituída apenas por mulheres negras, a Irmandade da Boa Morte, de Cachoeira, criada como resistência aos sofrimentos impostos pelo regime escravagista no século XIX, é tida como um dos primeiros movimentos feministas negros do país. Segundo Monteiro, relatos de irmãs mais velhas asseguravam a presença de Luíza Mahin como uma das fundadoras da instituição.

Não é difícil que isso tenha acontecido quando se sabe que, na cidade de Salvador, havia uma devoção exclusivamente feminina de “irmãs” negras que cultuavam Nossa Senhora da Boa Morte, na Igreja da Barroquinha. Ao lado da igreja, na Ladeira do Berquió, havia também um candomblé, igualmente frequentado pelos negros, em outro exemplo de sincretismo religioso. A igreja, que existe até hoje, fica a 550 metros da casa onde morava Luíza Mahin

e muito provavelmente era frequentada por ela. As irmãs da Boa Morte em Cachoeira são unânimes em dizer que a devoção naquela cidade foi levada da capital por negras fugidas das insurreições que aconteceram em Salvador.

O historiador Paulo César de Souza também levanta a hipótese de que as irmandades de negros na Bahia poderiam ter, além das funções religiosas, o objetivo de enfrentamento às injustiças sociais. “Não parece haver como provar essa hipótese”, escreveu. “Porém, por outro caminho, se houvesse sinais de envolvimento dessas irmandades nas revoltas sociais, seria porque os ‘irmãos’ não só se ajudavam a suportar sua condição como lutavam contra ela.”⁹

A falta de documentação que comprove a efetiva participação de Luíza Mahin nesses movimentos tem feito com que, ao longo do tempo, sua figura ganhe contornos míticos que confrontam a historiografia oficial. Símbolo da luta feminista e referência na resistência ao escravismo, seu nome vem sendo estampado ao longo dos anos em coletivos de luta Brasil afora e serve como modelo para organizações libertárias há quase dois séculos.

Na opinião de João José Reis, uma das maiores autoridades no estudo dos movimentos de insurreição escrava no Brasil, “o personagem Luíza Mahin resulta de um misto de realidade possível, ficção abusiva e mito libertário”.¹⁰

O ESTADO DA BAHIA ABRIGOU UMA DAS MAIORES CONFLUÊNCIAS DE NEGROS ESCRAVIZADOS DO BRASIL COLONIAL, JUNTO COM RIO DE JANEIRO E PERNAMBUCO.

Nenhum outro, porém, tem a herança africana tão flagrante em sua cultura e população. O que teria acontecido, sobretudo na capital, Salvador, de diferente dos demais lugares brasileiros que também passaram pelo processo de colonização perverso calcado na escravidão?

Em *Bahia de todos os negros*, Fernando Granato correlaciona a preservação da ancestralidade africana na Bahia à altivez conquistada à força pelo povo negro. Salta aos olhos a grande quantidade de revoltas e rebeliões da população escravizada e dos afrodescendentes livres que marcou a história do estado — em comparação com outros territórios onde a população cativa também era numerosa, os registros baianos são surpreendentemente maiores.

Tomando como fio condutor dois personagens cuja história de vida se entrelaça à dos levantes — o notório abolicionista Luíz Gama e sua mãe, Luíza Mahin, pouquíssimo estudada devido à falta de documentos que atestem sua trajetória —, o autor monta uma narrativa cronológica que não se atém apenas aos fatos, mas também explora seus contextos, cenários e personagens, a fim de aproximar ao máximo o dado histórico da vivência real.

Fiel à historiografia oficial, acrescido de elementos de reportagem e calcado em atores cruciais para a construção social do país, *Bahia de todos os negros* joga luz sobre um passado indispensável à compreensão do presente — histórias reais que ajudam a pensar os dilemas de um Brasil que ainda precisa se conhecer.

SAIBA MAIS EM:

<https://www.intrinseca.com.br/livro/1083/>